

A SINGULARIDADE CHINESA E LIÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO BRASILEIRO

THE CHINESE UNIQUENESS AND LESSONS FOR BRAZILIAN DEVELOPMENT

¹ Rodrigo Loureiro MEDEIROS

² Reinaldo CENTODUCATTE

¹ Instituto Federal do Espírito Santo (Ifes). E-mail: rodrigo.medeiros@ifes.edu.br.

² Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes). E-mail: rcentoducatte@gmail.com.

Artigo submetido em 08/06/2026 e aceito em 19/06/2026

Resumo

A ascensão contemporânea da China é um fenômeno capaz de instigar pesquisadores e estudiosos em diversas partes do mundo. Desde a revolução que conduziu o Partido Comunista ao poder em 1949, a República Popular da China gerou debates sobre os seus rumos, da Guerra Fria até o fim do socialismo real. A experiência chinesa, portanto, é algo merecedor de reflexões sobre como superar o atraso e a pobreza a partir de um sistema que não é simples de definir. Capitalismo de Estado ou socialismo de mercado? O artigo busca revelar aspectos da singularidade chinesa e propor lições para o desenvolvimento brasileiro.

Palavras-chave:

China; capitalismo de Estado; socialismo de mercado, singularidade chinesa.

Abstract

The rise of contemporary China is a phenomenon capable of stimulating researchers and scholars in various parts of the world. Since the revolution that brought the Communist Party to power in 1949, the People's Republic of China has generated debates about its direction, from the Cold War to the end of real socialism. The Chinese experience, therefore, is worthy of reflection on how to overcome backwardness and poverty within a system that is not easy to define. State capitalism or market socialism? This article seeks to reveal aspects of Chinese uniqueness and propose lessons for Brazilian development.

Keywords:

China; state capitalism; market socialism; Chinese uniqueness.

1 INTRODUÇÃO

Desde os anos 1980, a China vem implementando reformas e planos para modernizar a sua economia. Ela escapou da “terapia de choque”, conforme descreveu detalhadamente Weber (2023), e atualmente possui uma expressiva capacidade de projeção global pelas vias de suas

relações comerciais. Há quem diga se tratar de uma espécie de capitalismo de Estado, como é o caso de Milanović (2020), pois o capitalismo teria se tornando “o único” sistema econômico vigente após a convivência e a rivalidade com outros sistemas.

Eagleton (2012), por sua vez, argumentou que a China e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) tiraram os seus cidadãos do atraso econômico, ainda que com grande custo humano, sob a “hostilidade do Ocidente capitalista” (p. 14). O sistema socialista logrou êxitos sociais e econômicos. Quando posteriormente a democracia liberal e a liberdade “chegaram” para o bloco socialista europeu, de acordo com Eagleton (2012, p. 15), “fizeram-no na forma de terapia de choque econômico, uma forma de roubo à luz do dia educadamente conhecida como privatização, desemprego para dezenas de milhões, aumento colossal da pobreza e da desigualdade”. A China escapou da terapia de choque na década de 1980, a partir do seu singular socialismo de mercado e da desconfiança histórica de suas lideranças em relação às recomendações vindas do exterior.

Do ponto de vista estritamente teórico, o “socialismo de mercado” objetiva o futuro no qual os meios de produção pertençam à sociedade. Guardadas as devidas proporções e distâncias, a Nova Política Econômica (NEP), praticada na URSS, em 1921, ainda é capaz de provocar instigantes reflexões sobre as possibilidades de desenvolvimento sob gestão socialista em um país atrasado. Afinal, o uso dos mercados não precisa ser algo exclusivo do capitalismo. Para o histórico caso soviético da NEP, ponderou Eagleton (2012, p. 22), “algumas das virtudes do mercado seriam conservadas, enquanto alguns de seus vícios seriam descartados”. No entanto, problemas surgiram, pois a NEP fortalecia atores econômicos privados e ameaçava o controle político do Partido Comunista (FITZPATRICK, 2017).

A “crise das tesouras”, no ano de 1923, revelou a assimetria entre os ritmos de recuperação da agricultura e da indústria na URSS após a Guerra Civil. Por conta dos baixos preços agrícolas, os camponeses passaram a reter os seus grãos, prejudicando o abastecimento urbano. A NEP mostrou-se insuficiente porque a URSS precisava acelerar a industrialização para sobreviver. No socialismo de mercado, as lógicas de cooperação e união (coesão social) devem prevalecer sobre o interesse individual. Esse não foi o caso soviético nos anos 1980, após décadas de excessiva centralização das decisões políticas e econômicas.

Moura (2021) abordou o caso chinês como o grande fenômeno do século XXI, um socialismo com características chinesas, conhecido como “economia socialista de mercado”, nas palavras de Jiang Zemin. Após as manifestações sociais na Praça da Paz Celestial, em 1989, o governo de Zemin (1993-2003) “fortaleceu a capacidade desenvolvimentista do Estado chinês com a recentralização fiscal e novas instituições (principalmente bancárias) concentrando crédito e margem de alocação financeira nas mãos do governo central” (MOURA, 2021, p. 412). Os impasses das reformas dos anos 1980, o episódio de Tiananmen e as disputas políticas internas no Partido Comunista Chinês (PCCh) provocaram o recuo parcial no processo de abertura econômica. A terapia de choque havia sido evitada e a China se desenvolveu desde então, projetando poder a partir do crescimento das suas relações comerciais com diversos países e com o desenvolvimento de projetos de integração comercial.

Afinal, o que isso tem mesmo a ver com o Brasil, que buscou convergir para o receituário do Consenso de Washington (1989)? Esse consenso foi representado pelo conjunto neoliberal de recomendações de política econômica formuladas por instituições sediadas em Washington –

Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial e Tesouro dos Estados Unidos (EUA) - para orientar as reformas estruturais nos países latino-americanos em crise. Os seus pilares eram disciplina fiscal, abertura econômica e reformas pró-mercado.

As recomendações objetivavam estabilizar as economias, restaurar a confiança de capitalistas e promover crescimento através de reformas alinhadas com o pensamento neoliberal. No Brasil, essas orientações promoveram privatizações e desnacionalização de setores, aberturas comerciais e financeiras, e, indiretamente, o ambiente que permitiu o Plano Real (1994). O modelo recebeu muitas críticas por aumentar o desemprego e a vulnerabilidade externa, não entregando, portanto, o crescimento prometido (BRESSER-PEREIRA, 2018).

Em relação à conjuntura de tensões internacionais do tempo presente, o documento ‘*National Security Strategy of the United States of America*’, de 2025, revelou desafios para a América Latina na sua relação com os EUA. O documento prevê a retomada do controle estadunidense sobre a região, a partir da atualização da Doutrina Monroe (1823), e a sua ampliação explícita em termos de presença militar no hemisfério. São defendidos no documento acordos desiguais com os países da região, além da previsão de expulsão de empresas estrangeiras (chinesas, por exemplo) que disputem espaço com as corporações estadunidenses. A estratégia busca ir além da histórica influência ideológica na região, usando a pressão diplomática e até a força militar, caso necessário. Não é difícil perceber como o Brasil será afetado nesse xadrez geopolítico.

O artigo está dividido em seções. Na seção 2, o referencial teórico é exposto. Logo adiante, na seção 3, são descritos os procedimentos metodológicos adotados e na seção 4 são discutidos os resultados da pesquisa. A conclusão encerra o artigo, levantando questões que demandam uma maior reflexão no Brasil.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

As cadeias de suprimentos integram as cadeias globais de valor ao longo dos mais diversos territórios. Nesse sentido, Suwandi (2024) destacou que as cadeias de valor seguem a lógica da divisão social do trabalho entre “centro e periferia”, cabendo frequentemente aos países não desenvolvidos as atividades produtivas de menor valor agregado. Conforme ponderou a pesquisadora, “poucas grandes corporações de um pequeno número de países dominam o mercado mundial, as finanças mundiais e a estrutura global de produção” (p. 21). As complexidades e extensões das cadeias de valor não escondem as relações de dependência tecnológica de alguns países.

A China soube tirar proveito da mundialização do capital, ou seja, do deslocamento de plantas fabris de países desenvolvidos para o seu território em busca de baixos custos unitários de mão de obra. Ela foi muito exitosa a partir de uma estratégia de crescimento puxada pelas exportações de bens de consumo manufaturados, em semelhança ao que aconteceu com outros países da região (LIN, 2009). Contrários ao diagnóstico de “capitalismo de Estado”, Jabbour e Gabriele (2021) defenderam que a China pratica uma economia política não capitalista, ainda que ela utilize intensamente formas mercantis. A leitura dos autores não nega as contradições do modelo chinês, porém sustenta que a lógica sistêmica dominante não é a valorização privada do capital, mas a acumulação orientada politicamente para a prosperidade coletiva. Entre os argumentos apresentados pelos respectivos autores em defesa do socialismo com características chinesas, três merecem o nosso destaque: 1) o controle estatal do crédito e do investimento; 2)

a propriedade pública dominante nos setores estratégicos; 3) a capacidade do Estado de disciplinar o capital privado. Reconhecer a China como uma economia socialista de mercado mostra-se razoável.

O instigante livro de Isabella Weber (2023) trouxe informações e análises complementares que nos ajudam a entender como a China se fortaleceu ao longo dos anos, principalmente a partir dos anos 1980. Weber (2003, p. 116) afirmou que “no fim da década de 1970 e ao longo da década de 1980, a questão de como recriar a economia e os mercados tornou-se decisiva”. A terapia de choque econômico, um “*big bang*”, estava presente na mesa da opção política das lideranças. No entanto, essa terapia não foi executada porque sinais internos e externos indicavam riscos difíceis de serem administrados politicamente. A inflação e o desemprego, por exemplo, abalariam a valorizada estabilidade social da República Popular da China. Ao buscar o pragmatismo do gradualismo experimental, foram priorizados métodos empíricos e científicos, seguindo uma perspectiva positivista de “ordem com progresso”, sob parâmetros estabelecidos pelo sistema político, levando ao que se fez chamar de socialismo de mercado.

Weber (2023) defendeu a influência nas reformas da tradição milenar das práticas de gestão previstas nos textos do *Guanzi* e do *Debate sobre o sal e o ferro*, documentos antigos e que são manuais de governança pragmática, preocupados com estabilidade, ordem e prosperidade material. O pragmatismo reformista chinês, gradualista e experimentalista, venceu a terapia de choque econômico por conta dos riscos que um *big bang* oferecia à estabilidade social e política. Reformas graduais foram sendo realizadas com pragmatismo na economia. O Estado foi capaz de manter o controle sobre os setores estratégicos da economia chinesa, segundo Weber (2023, p. 390), “quando passou do planejamento direto para a regulação indireta com participação estatal no mercado”. A China não perdeu o controle sobre a economia doméstica; ela soube negociar o ingresso de investimentos estrangeiros a partir da lógica da transferência de tecnologia através de *joint ventures*.

As “Quatro Modernizações” chinesas foram o conjunto de reformas econômicas propostas por Deng Xiaoping com o objetivo de modernizar e fortalecer o país após o período maoísta. Elas foram cruciais para transformar a economia e abrir caminho para o processo de crescimento das décadas seguintes. As quatro áreas previstas nas reformas foram: 1) agricultura - incentivo à produtividade e à eficiência no campo, reduzindo o controle estatal rígido; 2) indústria - incentivo à produção de bens manufaturados de consumo e à modernização de fábricas; 3) ciência e tecnologia - valorização da educação e da pesquisa científica; 4) defesa nacional - modernização militar com tecnologias avançadas. As reformas fortaleceram a China ao longo dos anos, em uma dinâmica na qual empresas estatais convivem com iniciativas privadas em diversos ecossistemas produtivos. Destaca-se o fato de que as firmas privadas não mandam na política e no planejamento estatal.

Segundo descreveu Moura (2021, p. 417), “o governo chinês também renovou seu controle sobre indústrias estratégicas (petróleo, metalurgia, telecomunicações, defesa), ampliou investimentos em altas tecnologias e no interior do país”. O governo manteve o sistema financeiro e bancário sob forte controle político. A China aprendeu na prática experimental a combinar uma lógica dual de concentração política com a descentralização da implementação de ações econômicas. Para tanto, a real valorização estatal de quadros técnicos e científicos é fundamental. Esse tem sido um dos pilares estruturantes na China desde o período de Mao

Zedong, sendo que essa estratégia integra o projeto do presidente Xi Jinping de transformar a China em potência tecnológica autossuficiente e líder até 2049, no centenário da República Popular.

3 PROCESSOS METODOLÓGICOS

O artigo adotou o método do estudo de caso a partir de uma revisão narrativa de literatura, que consiste na descrição e na discussão do desenvolvimento ou estado da arte de um tema específico, utilizando uma abordagem mais flexível e menos sistemática.

Entre os autores, destacamos as contribuições de Moura (2021), Mahbubani (2021), Weber (2023), Jabbour e Gabriele (2021), Lin (2009), Studwell (2014) e Marshall (2018), que avaliaram o caso chinês e que convergem para o diagnóstico de sua singularidade. Em síntese, o modelo chinês não é replicável nos seus próprios termos. No entanto, ele revela-se uma interessante base de reflexão para projetos de desenvolvimento em países não desenvolvidos. Os chineses não aderiram ao Consenso de Washington (1989) e, portanto, eles não perderam o controle político dos centros estratégicos de decisão da economia. Estratégia nacional, planos quinquenais, participação direta e indireta em mercados, vontade política das lideranças e coesão social pelo desenvolvimento impulsionaram a ascensão da China.

Há lições valiosas para o Brasil e outros países não desenvolvidos? Segundo Furno (2022, p. 188), “compreender qual é a questão nacional na América Latina passa, necessariamente, pelo entendimento da particularidade de nossa inserção no capitalismo internacional”. Nossa inserção histórica e estrutural possui um caráter periférico e dependente, de acordo com Brum (1999), Galeano (2002), García Linera (2019), Furtado (2000) e Rouquié (1991). O respectivo diagnóstico não precisa ser encarado como uma maldição. Trata-se de um quadro que precisa ser superado a partir de estratégia, vontade política e coesão social, aproveitando as janelas de oportunidades históricas.

Nesse sentido, destacamos o documento ‘*Industrial Policy for Development*’, de Fernandes e Reed (2026), elaborado no âmbito do Banco Mundial, e que trouxe novos elementos que nos ajudam a pensar políticas industriais para o século XXI. A respectiva instituição reconhece atualmente que as políticas industriais são necessárias no contexto de transição tecnológica, competição geopolítica e vulnerabilidades nas cadeias globais de valor. Políticas industriais modernas devem responder a grandes desafios coletivos, como descarbonização, digitalização e segurança energética, por exemplo. Tal perspectiva desloca o debate do “escolher setores” para “resolver problemas”, gerando maior legitimidade social e foco nos projetos. Quando há governança adequada, políticas industriais funcionam melhor, se forem bem adaptadas ao contexto.

Fernandes e Reed (2026) sugeriram que os países detentores de menores capacidades estatais devem começar com políticas industriais simples, ampliando gradualmente a complexidade conforme aprendem ao longo do tempo. Algumas políticas industriais são consideradas como replicáveis pelos respectivos autores, desde que elas sejam adaptadas ao contexto nacional e acompanhadas de critérios rigorosos de projeto, implementação e avaliação. Essa perspectiva converge com o trabalho de Lin (2009) sobre o desenvolvimento econômico e a estratégia de transição no entendimento de que a terapia de choque é efetivamente incapaz de entregar um rápido salto para uma próspera economia de mercado.

Lin (2009) descreveu que existem lições úteis da abordagem de transição de “duas trilhas” (*dual-track*) do leste asiático. A estratégia reformista requer planejamento e a identificação de gargalos e a concentração de recursos para aliviá-los, removendo a supressão de incentivos e inspirando as pessoas para melhorarem as suas produtividades de modo a conquistarem uma vida melhor. O governo deve encorajar iniciativas privadas e inovações institucionais locais, como demonstra a experiência chinesa. A sabedoria tradicional chinesa recomenda encontrar a verdade através dos fatos, livrar a mente de dogmatismos e adaptação a um ambiente em transformação.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com o colapso soviético em 1991 e a transição para uma ordem mundial hegemonicamente neoliberal, a globalização impôs novas interações entre os países. Segundo Avena (1998, p. 82), “o povo que derrubou o socialismo em busca de liberdade foi um povo alimentado, com índice zero de analfabetismo, assistência médica gratuita e generalizada, e com todas as necessidades básicas atendidas”. O leste europeu havia dado um salto de qualidade em termos de desenvolvimento social sob o socialismo real. Posteriormente, a onda neoliberal da década de 1990 provocou a ascensão de grupos políticos conservadores de direita na região e grupos de inspiração fascista emergiram.

O suposto “fim da história”, compreendido por privatização, desnacionalização de economias e desregulamentação, não se manifestou no processo de desenvolvimento da China, que se industrializou progressivamente a partir de vantagens comparativas no custo unitário de mão de obra para a exportação de bens manufaturados de consumo, se sofisticou tecnologicamente e se fortaleceu como nação, algo muito diferente do que ocorreu tragicamente nos países da América Latina, após aplicarem “as recomendações” do Consenso de Washington (1989). A memória coletiva do “século das humilhações” ainda é capaz de reforçar a unidade nacional e o apoio popular ao governo chinês. Tratou-se de um período histórico traumático entre 1839 e 1949, no qual a China sofreu invasões, derrotas e imposições imperialistas.

Por conta da memória daquele período e da responsabilidade política de suas lideranças, os chineses não promoveram a abertura econômica indiscriminada e radical nas reformas dos anos 1980. Eles mantiveram o controle estatal sobre os fluxos financeiros e a produção de itens considerados essenciais para a segurança nacional e a estabilidade social e política. Na medida em que a economia se tornava gradualmente mais sofisticada tecnologicamente, a quantidade de itens essenciais sob supervisão estatal crescia. O pragmatismo experimental, influenciado pela tradição milenar, segundo Weber (2023), forneceu o tom reformista das modernizações chinesas.

Nos anos 1980, o sistema de preços de “mão dupla” chinês permitiu conciliar planejamento estatal com iniciativas descentralizadas de mercado. Esse sistema foi formalmente encerrado em 1989, porém tal fato não significou que os preços na China se tornaram totalmente livres. O sistema evitou choques inflacionários e colapsos produtivos; ele preparou o terreno para a economia socialista de mercado que se consolidou nos anos seguintes. A China continuou controlando preços de bens e serviços essenciais, como energia, água, transporte público e alimentos básicos. Segundo Weber (2023, p. 385), “os oponentes do *big bang* previam que a terapia de choque gerasse uma inflação descontrolada, em vez de uma convergência para um

equilíbrio desejado”. Havia um risco para a estabilidade social e política, ameaçando inclusive as reformas. As experiências nas reformas iugoslavas e húngaras revelavam problemas para os economistas chineses opositores do *big bang*. O pragmatismo político chinês empregou uma abordagem reformista gradual e experimental, na qual as forças de mercado foram criadas e controladas pelo Estado.

A China escapou da terapia de choque e de aplicações de medidas neoliberais nocivas ao seu desenvolvimento. Nesse sentido, Chang (2004) trouxe uma avaliação histórica de como os países desenvolvidos enriqueceram. Em seu diagnóstico consta que “a resposta mais sucinta é que eles não seriam o que são hoje se tivessem adotado as políticas e as instituições que agora recomendam às nações em desenvolvimento” (p. 13). Por meio de recomendações revestidas de caráter técnico, os países centrais costumam “chutar a escada” do desenvolvimento da periferia do sistema econômico global. O Consenso de Washington (1989) atuou dessa forma na América Latina. Não convém esquecermos que a oligarquização da democracia liberal é característica histórica na região, assim como nos Estados Unidos. A ordem plutocrática representa a triste realidade estadunidense, avaliou Mahbubani (2021). Sobre a “presunção de virtude”, o respectivo autor demonstrou que essa perspectiva é um mito do excepcionalismo dos EUA.

Studwell (2014), por sua vez, nos explicou como três pilares de políticas públicas - a reforma agrária, a política industrial disciplinadora e o controle estratégico do sistema financeiro - explicam os sucessos de Japão, Coreia do Sul e Taiwan após a Segunda Guerra Mundial. O “milagre asiático” foi o resultado de políticas deliberadas: agricultura de alta produtividade baseada nas pequenas propriedades familiares geradoras de excedentes e mão de obra; política industrial ativa, com subsídios condicionados ao desempenho exportador; e sistema financeiro subordinado ao Estado, direcionando crédito para os setores estratégicos. A formação de coalizões desenvolvimentistas mostrou-se relevante em um processo que dependia menos de ideologia e mais de Estados capazes de disciplinar elites e coordenar investimentos.

A perspectiva crítica latino-americana defendida neste artigo converge com a análise crítica de García Linera (2019) sobre as pressões exercidas pelos capitalistas dos países centrais em alianças com as burguesias dos países periféricos pela manutenção do subdesenvolvimento da região. Para superar estruturalmente esse *status quo*, são necessárias políticas públicas ativas, como, por exemplo, políticas capazes de conectar ciência básica, ciência aplicada e inovações inclusive no campo da defesa nacional. Afinal, conforme ponderou Manuel Domingos Neto (2023, p. 82), “o Estado brasileiro, nascido em 1822, nunca dispôs de aparato de força compatível com o papel que lhe caberia na ordem mundial porque não expressou a coletividade emergente; não deteve nem precisou deter capacidade de dissuasão de estrangeiros”. O nosso sistema defensivo integrou historicamente a geopolítica de potências hegemônicas, fato que ainda fragiliza a nossa política externa e a soberania nacional.

O Brasil tem um enorme passado pela frente e Brum (1999), nesse sentido, destacou o caráter “periférico-associado-dependente” do modelo de crescimento econômico no regime militar, entre 1964 e 1985. A democratização não alterou o nosso subdesenvolvimento. Conforme revelou o Relatório da Desigualdade Mundial 2026, os 10% mais ricos no Brasil detêm aproximadamente 59% dos rendimentos nacionais, enquanto os 50% mais pobres recebem somente 9% (CHANCEL, 2026). A concentração patrimonial é ainda maior no Brasil. Após

quatro décadas do fim do regime militar, o modelo econômico brasileiro se manteve perverso do ponto de vista social.

Em comparação ao que ocorreu no leste asiático em termos de desenvolvimento, é possível dizer que nem todos os regimes autoritários geram os mesmos resultados econômicos. Em relação às debilidades históricas brasileiras, Brum (1999, p. 341) apontou para “dois insumos básicos da economia moderna – tecnologia e capital”. Tal situação de dependência tornou a economia brasileira estruturalmente vulnerável a pressões externas e a crises internacionais, como foi o caso da suspensão de crédito ao Brasil a partir de 1982. Sob orientação elitista, o processo de substituição de importações ocorreu acima do poder aquisitivo da maioria da população. Como o Brasil foi construído a partir da lógica de exclusão que se reproduziu no tempo, devemos tomar muito cuidado para não ficarmos presos a versões atualizadas daquilo que Galeano (2002) chamou de a “jaula do subdesenvolvimento”.

A China buscou crescer inicialmente a partir de um processo de desenvolvimento liderado por exportações de produtos manufaturados intensivos em mão de obra, a partir de uma estratégia descrita por Lin (2009) de seguir as vantagens comparativas. Ela negociou termos favoráveis com o capital estrangeiro para o emparelhamento tecnológico de sua economia. A China não renunciou a sua autonomia estratégica. Ela não desnacionalizou os setores estratégicos, como energia, recursos hídricos e minerais. A China se aproveitou da aproximação com os EUA, na década de 1970, para negociar condições favoráveis ao seu processo de desenvolvimento. Em síntese, a China aproveitou a oportunidade criada pela rivalidade na ordem bipolar, entre a URSS e os EUA, para avançar politicamente em seus próprios interesses, exatamente como Kissinger (2001) acreditava que as grandes potências deveriam agir.

Segundo avaliaram Fernandes e Reed (2026), há elementos que podem nos ajudar a pensar novas políticas industriais para o século XXI. Afinal, políticas industriais são necessárias para a transição tecnológica, a competição geopolítica e para mitigar vulnerabilidades nas cadeias globais de valor. As políticas industriais mais contemporâneas são amplas e sofisticadas; elas mobilizam instrumentos que estão muito além de tarifas e subsídios.

Países com menor capacidade estatal devem adotar, de acordo com Fernandes e Reed (2026), políticas industriais simples e ampliar gradualmente a complexidade à medida que acumulam aprendizados. O risco está, como sempre, na má condução da política industrial. Dispomos no Brasil de capacidades institucionais para planejar e executar políticas industriais eficazes, eficientes e efetivas? A China construiu suas capacidades dinâmicas ao longo do tempo com pragmatismo, realismo e aprendizado.

5 CONCLUSÕES

A globalização suscitou debates sobre a paz, a diplomacia, a ética do comércio de armas e as múltiplas implicações geopolíticas (JACKSON; SORENSEN, 2007). Na medida em que os países se tornaram intimamente conectados por cadeias de valor, a resiliência dos mercados locais foi ameaçada quando as tensões internacionais resultaram em embargos e sanções econômicas.

Desglobalização, estamos efetivamente testemunhando o renascimento de formas diversas de nacionalismos e de críticas a déficits democráticos em muitos países? Segundo Rodrik (2011),

Stiglitz (2002) e Hobsbawm (2007), as insatisfações com a globalização neoliberal são claras inclusive nos países desenvolvidos. Insatisfações essas que são justificadas pela perda de bem-estar social e pela redução das expectativas dos jovens.

A chave para entender o motivo de a China não ter entrado em colapso político ou econômico durante as reformas dos anos 1980 é o trauma histórico do “século das humilhações”. Ele funcionou como uma espécie de cimento psicológico, político e nacional, que manteve o país coeso quando qualquer outro Estado socialista teria implodido, como aconteceu com a URSS. O trauma criou o consenso de que a instabilidade interna e a divisão política levariam à vulnerabilidade externa e à fragilização do país. A China contornou a terapia de choque econômico que destruiu a URSS porque temia o caos acima de tudo.

O trauma do “século das humilhações” criou o nacionalismo pragmático chinês que sustentou as reformas econômicas. O nacionalismo foi reforçado, o PCCh se apresentou como o guardião da dignidade nacional e a modernização econômica foi vista como uma missão patriótica. A China precisava aprender com o Ocidente, mas não podia repetir a vergonhosa submissão do século XIX. A abertura econômica deveria ser gradual e controlada pelo PCCh. Zonas econômicas especiais, investimentos estrangeiros e mercados foram incentivados a partir das reformas dos anos 1980.

Enquanto a URSS colapsou por falta de narrativa unificadora, a China tinha uma narrativa muito poderosa: “nunca mais seremos humilhados”. Essa narrativa deu ao Partido Comunista a margem política necessária para transformar a economia sem perder o controle do Estado. A URSS colapsou porque tentou reformar simultaneamente a economia e o sistema político, destruindo a autoridade do Partido. A China, traumatizada pelo “século das humilhações”, não caiu nessa armadilha. O PCCh reformou a economia e manteve o controle político rígido, priorizando a estabilidade política e o crescimento econômico.

A principal lição chinesa para o Brasil é que o desenvolvimento exige um Estado competente, planejamento de longo prazo, pragmatismo econômico e estabilidade institucional. A China cresceu aceleradamente e se transformou desde o período das reformas porque combinou mercados com Estado, abertura gradual com controles e experimentos locais com metas nacionais. Ela nos ensina ainda que o desenvolvimento capaz de gerar mudança estrutural progressiva exige pragmatismo, no qual a qualidade da tecnocracia é central. A elite chinesa é formada por engenheiros, economistas, técnicos e gestores industriais.

A China atraiu capital estrangeiro, porém exigiu transferência de tecnologia, protegeu setores estratégicos e soube criar os seus campeões nacionais (Huawei, BYD, Lenovo, por exemplo). O Brasil abriu a economia nos anos 1990 sem a negociação de contrapartidas. A China nos mostra que abrir a economia não é se entregar, é negociar. Ela escolheu setores estratégicos e investiu pesado: semicondutores; energia limpa; robótica; IA; e infraestrutura. O fragilizado Estado brasileiro, que vem sendo reformado desde os anos 1990 sob a perspectiva neoliberal, abandonou efetivamente a política industrial porque não controla a gestão macroeconômica doméstica.

O Brasil não poderá copiar o sucesso chinês, mas poderá buscar aprender algo. Nesse sentido, destacamos: pragmatismo estratégico; planejamento de longo prazo; valorização de quadros técnicos; reformas graduais e experimentação local; abertura econômica seletiva, negociada e

controlada; política industrial consistente; e estabilidade institucional. Esses princípios podem ser adaptados ao contexto brasileiro, desde que existam lideranças políticas comprometidas e capazes de mobilizar a vontade nacional para o desenvolvimento. Não há receita universal para o desenvolvimento; o processo demanda um Estado capaz, políticas públicas coerentes e disciplina institucional.

6 REFERÊNCIAS

- AVENA, Armando. **A última tentação de Marx**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1998.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz C. **Em busca do desenvolvimento perdido**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018.
- BRUM, Argemiro. **Desenvolvimento econômico brasileiro**. 20.ed. Ijuí: Ed. Unijuí, 1999.
- CHANCEL, Lucas. *et al.* **World Inequality Report 2026**, World Inequality Lab. In: < <https://wir2026.wid.world/> >, Acessado em: 12 de maio de 2026.
- CHANG, Ha-Joon. **Chutando a escada**: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica. São Paulo: Editora Unesp, 2004.
- DOMINGOS NETO, Manuel. **O que fazer com o militar**: anotações para uma defesa nacional. Parnaíba: Gabinete de Leitura, 2023.
- EAGLETON, Terry. **Marx estava certo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012.
- FERNANDES, Ana M.; REED, Tristan. **Industrial policy for development**. Washington (DC): The World Bank, 2026.
- FITZPATRICK, Sheila. **A Revolução Russa**. São Paulo: Todavia, 2017.
- FURNO, Juliane. **Imperialismo**: uma introdução econômica. Rio de Janeiro: Da Vinci Livros, 2022.
- FURTADO, Celso. **Teoria e política do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. 41.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.
- GARCÍA LINERA, Álvaro. **As tensões criativas da revolução**. São Paulo: Expressão Popular, 2019.
- HOBBSAWM, Eric. **Globalização, democracia e terrorismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- JABBOUR, Elias; GABRIELE, Alberto. **China**: o socialismo do século XXI. São Paulo: Boitempo, 2021.
- JACKSON, Robert; SORENSEN, Georg. **Introdução às relações internacionais**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2007.
- KISSINGER, Henry. **Diplomacia**. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 2001.

- MAHBUBANI, Kishore. **A China venceu?** Rio de Janeiro: Intrínseca, 2021.
- MARSHALL, Tim. **Prisioneiros da geografia.** Rio de Janeiro: Zahar, 2018.
- MILANOVIĆ, Branko. **Capitalismo sem rivais.** São Paulo: Todavia, 2020.
- MOURA, Rafael. **Industrialização, desenvolvimento e emparelhamento tecnológico no leste asiático:** os casos de Japão, Taiwan, Coreia do Sul e China. Rio de Janeiro: INCT/PPED; CNPq; FAPERJ; CAPES; Ideia D, 2021.
- RODRIK, Dani. **A globalização foi longe demais?** São Paulo: Editora Unesp, 2011.
- ROUQUIÉ, Alain. **O Extremo-Ocidente:** introdução à América Latina. São Paulo: Edusp, 1991.
- STIGLITZ, Joseph. **A globalização e seus malefícios.** São Paulo: Futura, 2002.
- STUDWELL, Joe. **How Asia works.** New York: Grove Press, 2014.
- SUWANDI, Intan. **Cadeias de valor.** São Paulo: Expressão Popular, 2024.
- UNITED STATES OF AMERICA. **National Security Strategy.** Washington: The White House, November 2025.
- WEBER, Isabella. **Como a China escapou da terapia de choque.** São Paulo: Boitempo, 2023.